



**TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS E AS PRÁTICAS EDUCATIVAS NÃO
FORMAIS: a importância do reconhecimento CRAS nesse debate**

**SOCIAL WORK WITH FAMILIES AND NON-FORMAL EDUCATIONAL
PRACTICES: the importance of CRAS recognition in this debate**

Aglailton Da Silva Bezerra
Universidade Federal Do Piauí(UFPI)
Samara Da Silva Bezerra
Universidade Federal Do Piauí(UFPI)

RESUMO:

O trabalho social com famílias pressupõe uma necessidade contínua de articulação presente nos equipamentos socioassistenciais diante das problemáticas sociais evidenciadas. Essas problemáticas são expressões de uma sociedade pautada por um processo visível entre desenvolvimento econômico e massificação da desigualdade social. Assim, a presente análise, busca amadurecer por meio da reflexão sobre a realidade e papel educativo desses equipamentos na tentativa de efetivação dessa intervenção social e seu consequente debate na perspectiva dos direitos humanos. Para tanto, será abordado, por meio da revisão de literatura, acerca da trajetória da Política Pública de Assistência Social, tendo como recorte a unidade de atendimento considerada "porta de entrada" da referida política, o Centro de Referência da Assistência Social - CRAS. O espaço escolhido se manifesta por seu potencial mobilizador e interventivo nos territórios sociais e sua condição de acompanhamento familiar e, conseqüentemente, leitura conjuntural local através de um embasamento pautado nas contradições sociais.

Palavras-chave: Trabalho social; Práticas educativas; CRAS.

ABSTRACT

The social work with families presupposes a continuous need for articulation present in the socioassistential equipments in face of the social problems evidenced. These problems are expressions of a society based on a visible process between economic development and massification of social inequality. Thus, the present analysis seeks to mature through reflection on the reality and educational role of these equipments in the attempt to make effective this social intervention and its consequent debate in the perspective of human rights. To that end, a review of the literature on the Social Assistance Public Policy trajectory will be approached, with a cut-off of the assistance unit considered as a "gateway" to this policy, the Social Assistance Referral Center (CRAS). The chosen space is manifested by its mobilizing and intervention potential in the social territories and its condition of family accompaniment and, consequently, local conjunctural reading through a foundation based on social contradictions.

Keywords: Social work; Educational practices; CRAS.



1 INTRODUÇÃO

A necessidade de intervenção societária nas realidades sociais se dá pela urgência de articulação diante das diversas conjunturas vivenciadas/ presenciadas e pautadas, pelo qual é fruto de uma sociedade antagônica, fortalecendo assim o conceito atribuído a existência de uma luta de classes, segundo Marx.

O antagonismo social reforça um processo constante de naturalização, de caráter histórico, de uma sociedade pautada entre os detentores dos meios de produção e, conseqüentemente, capital e os que necessitam vender sua força de trabalho com fim de desenvolver instrumentos de subsistência e manutenção, no que diz respeito à permanência nesse espaço.

Dessa forma, observa-se a existência de expressões que se desenvolvem conforme o sistema capitalista se apresenta em sua hegemonia. Pastorini (2010) pontua que essas expressões são tidas como expressões da questão social, sendo a questão social o conjunto de expressões que refletem a consequência dessa hegemonia.

As Políticas Públicas surgem como instrumento de diálogo com essa realidade social pautada na contradição e exclusão social, conhecidas como meio de intervenção estatal. As referidas políticas buscam refletir suas intervenções diante das diversas realidades sociais e demandas emanadas pelo contexto histórico. A Política de Assistência Social, enquanto Política Pública integrante da seguridade social, busca, por meio de sua objetivação atender as famílias que estão em situação de vulnerabilidade social e que dela necessitam. A mesma se estrutura na tentativa de efetivar meios sociais viáveis e garantir benefícios, serviços e programas sociais para as famílias que estão sendo atingidas diretamente pelos reflexos da questão social em nosso meio.

Desse modo, a pesquisa em destaque se justifica pela importância em se compreender a Assistência Social por meio de suas ações e seu papel educativo com o uso de práticas educativas não formais e através da implementação do trabalho social com famílias, pelo qual é apresentado como uma atividade cotidiana.

No que diz respeito ao percurso metodológico, a pesquisa se apresenta enquanto pesquisa bibliográfica, tendo como ponto de partida a realização de um relato de experiência à luz da literatura. Portanto, foi observado a relevância, no quesito qualitativo, dos grupos pelo qual o CRAS Parque São João, situado no município de Maracanaú no Estado do Ceará, realiza diante do público referenciado pelo equipamento.



Levaremos em conta a importância do desenvolvimento desses grupos com as famílias atendidas pelo equipamento, tendo em vista que eles apresentam temáticas sociais relevantes para o amadurecimento dos sujeitos que se encontram em vulnerabilidade social. Portanto, a referida pesquisa buscará defender a relação existente entre equipamento socioassistencial, práticas educativas não formais e educação em direitos humanos.

2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL

É preciso pensar a Assistência Social como fruto de uma realidade fundamentada em um movimento de contradições e exclusão social, onde grande parcela das famílias é tida como consequência da desigualdade social, pelo qual está intimamente ligada a essas contradições mencionadas e que se manifestam de modo conjuntural, relacionando-se de forma efetiva com a prevalência das classes sociais, detentores dos meios de produção (capitalistas/ burgueses) e vendedores de sua força de trabalho (classe trabalhadora/ proletariado).

Dessa forma, é importante pontuar que a “prática” da Assistência Social apresenta caráter histórico ao se materializar por meio de diversas formas e estratégias com caráter assistencialista, não promovendo um direcionamento enquanto consolidação de direitos e sim uma conduta de caridade.

A prática da assistência ao outro está presente na história da humanidade desde os tempos mais remotos, não se limitando nem à civilização judaico-cristã, nem às sociedades capitalistas. Sob a ótica da solidariedade social, pobres, viajantes, incapazes e doentes eram alvos de ações que assumiram formas variadas nas diferentes sociedades, sempre motivadas pela compreensão de que entre os homens nunca deixarão de existir os mais frágeis, carecedores de ajuda alheia. (CARVALHO, 2008, p.8)

A caridade, vista como uma forma de favor permeou boa parte da história que antecede a consolidação da Política de Assistência Social em nosso contexto e direcionava práticas de responsabilização desses indivíduos diante de sua condição de pobreza.



A caridade e a beneficência acabavam por despir o público alvo da assistência social da condição de cidadão, de indivíduo capaz, ou seja, sujeito de direitos, transformando-o em incapaz, carente e necessitado da benevolência dos mais abastados da sociedade. A pobreza era considerada um atributo individual daqueles que não se esforçavam para superá-la e que, portanto, eram tidos como responsáveis pela situação de miséria em que se encontravam. (CARVALHO, 2008, p.12)

Assim, a Política de Assistência Social se apropria desse cenário anterior a sua fundamentação legal enquanto lei e se insere em um contexto extremamente propício de atuação. Contexto pelo qual promove o fortalecimento de instituições de caridade e permanência da situação de marginalização social diante da regulamentação do trabalho com Getúlio Vargas, criação do Instituto de Aposentadorias e Pensões e Ministério da Educação e Saúde.

A Constituição Federal de 1988 traz uma nova configuração diante desse cenário e reconhece a necessidade de inserção da Assistência Social como direito, promovendo a ruptura com o histórico apresentado e dedicando sua implementação aos sujeitos que dela necessitam. É importante destacar que tal realidade é vista como um avanço, hoje questionado sua materialização, e sugere uma análise ainda mais efetiva da concepção de desigualdade social e ação pública.

Cabe destacar ainda que o percurso transitado pela Política em destaque se processa de forma lenta. Essa caminhada se dá na perspectiva de promover respostas às mobilizações e lutas sociais culminando na criação da LBA – Lei Brasileira da Assistência Social e Conselho Nacional de Serviço Social.

Ao longo da história é perceptível a criação de espaços de atendimento às famílias ditas empobrecidas, tais como a Funrural e a Funabem, assim como a regulamentação da LBA de forma pública vinculada ao Ministério de Trabalho e Previdência Social. Contudo, com o passar do tempo às práticas apresentadas enquanto Assistência assumia um caráter histórico de relação clientelista e focalizada, sem promover questionamentos mais centrais.

Como resposta a conjuntura em destaque, repressão e autoritarismo promovidos pelo regime militar, os agrupamentos sociais se concentravam e questionavam essa realidade no sentido de identificar possibilidades de mudança e aprimoramento.



A seguridade social, por sua vez, com a Constituição Federal de 1988 passa a reconhecer a Assistência Social acompanhada da Saúde e Previdência Social e direciona aos sujeitos que dela necessitarem, conforme o artigo 204.

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS 2004 “a inserção na Seguridade Social aponta, também, para seu caráter de política de Proteção Social articulada a outras políticas do campo social, voltadas à garantia de direitos e de condições dignas de vida. (p. 31)”.

Com a regulamentação da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e criação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS a Política Pública de Assistência Social passa a ganhar mais fôlego e abrangência no quesito consolidação de direitos, mesmo que tendo um histórico de negação dessa concepção e fortalecimento dessa prática para seus usuários.

A Política de Assistência Social se organiza, conforme as suas diretrizes, em proteção social básica e especial. A Proteção Social Básica assume o papel de subsídio mais próximo à realidade comunitária assumindo como norte o fortalecimento de vínculos, mapeamento territorial, intervenção comunitária e atendimento aos usuários do território referenciado.

A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) fragilização dos vínculos afetivos... (PNAS, p. 33)

A Proteção Especial assume um papel mais profundo ao promover intervenções onde o vínculo familiar e comunitário está fragilizado ou até mesmo rompido.

A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. (PNAS, p. 37)



A Proteção Social Básica se materializa por meio da unidade de atendimento CRAS – Centro de Referência da Assistência Social, pelo qual está inserido em espaços onde o índice de vulnerabilidade social é acentuado e suas famílias encontram-se em condições precárias de sobrevivência, desse modo a unidade de atendimento realiza uma gestão territorial e provoca um acompanhamento familiar e diálogo comunitário, bem como a execução de serviços socioassistenciais e concessão de benefícios e programas sociais.

A Proteção Social Especial, por sua vez, é implementada pelo Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS, atuando com o fortalecimento dos vínculos em situação de fragilização, bem como no debate e intervenção nas violações de direitos em sua pluralidade.

Dessa forma, a questão social diante de suas expressões é vista como alvo de trabalho cotidiano.

3 TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS E INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA

Cada território social, aqui entendido como espaço físico de moradia de uma parcela da população; comunidades vão reproduzir ou manifestar as expressões do meio social em hegemonia, diante dessa situação percebeu-se a necessidade de valorização desses espaços enquanto instrumentos de amadurecimento político, cultural e social, que ora dialogam com o sistema em manifestação hegemônica ora buscam questionar esse sistema e suas diretrizes que o alicerçam como instrumento de poder.

A Assistência Social dialoga diretamente com essa diversidade de territorialidade e, conseqüentemente, sua pluralidade que se apresenta como fator fortalecedor e desafiador na sua materialização.

O Centro de Referência da Assistência Social – CRAS está localizado em áreas onde a manifestação da desigualdade social está mais acentuada e suas famílias e indivíduos vivenciam realidades tênues no que diz respeito à subsistência pessoal e familiar. Cada território apresentará questões peculiares a cada contexto e cultura manifestada, dessa forma o mesmo enquanto equipamento social busca intervir numa dinâmica que se coloque no desafio de elencar as problemáticas sociais por meio de seus serviços e programas sociais com o horizonte de colaborar no fortalecimento dessa relação presente entre unidade de atendimento e comunidade.



[...] as famílias às quais estão direcionadas as ações, pois pela própria multiplicidade de configurações, formas de convivência – diretamente relacionadas a suas condições sociais, crenças e hábitos culturais – e por constituírem espaço de contradições e conflitos, tais famílias apresentam significativas diferenças entre si, mesmo fazendo parte de um mesmo segmento social. Identificar no que as famílias se igualam e no que elas se diferenciam parece ser um dos primeiros desafios que se apresenta para os serviços cuja responsabilidade é a de implementação de políticas sociais, por meio da estruturação de ações que possam ser efetivas e eficazes para a população alvo. (GUEIROS, 2010, p. 129)

O referenciamento familiar se configura como um instrumento de extrema importância do CRAS ao diagnosticar a realidade social e econômica das famílias que se encontram em situação de atendimento ou acompanhamento familiar. Assim, o CRAS está inserido diante dessa diversidade de aspectos culturais das famílias e relaciona-se implementando sua intervenção. Como ponto de partida, o CRAS também articula as demais políticas presentes no território e redes socioassistenciais, favorecendo ainda o fortalecimento da organização popular em torno das demandas emanadas.

Diante dessa realidade onde se observa o emergir das expressões da questão social de modo cada vez mais presente, o CRAS atua numa dimensão preventiva com a execução de serviços como o Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias – PAIF e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, como forma de materialização desses serviços busca-se realizar cotidianamente grupos de debates, concessão de benefícios socioassistenciais, palestras educativas, mobilização comunitária além de debates com as demais políticas setoriais.

Dessa forma, o trabalho social com famílias se dá nessa dimensão de discussão presente no olhar acerca da matricialidade sociofamiliar presente na PNAS e visualiza a família, em sua amplitude, como portadores de direitos e potencializadores de possibilidades de mudanças diante de suas condições objetivas, entendendo esse reflexo diante das mudanças estruturais vivenciadas no tocante a realidade social de cada família.

[...] a matricialidade sociofamiliar passa a ter papel de destaque no âmbito da Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Esta ênfase está ancorada na premissa de que a centralidade da família e a superação da focalização, no



âmbito da política de Assistência Social, repousam no pressuposto de que para a família prevenir, proteger, promover e incluir seus membros é necessário, em primeiro lugar, para garantir condições de sustentabilidade para tal. (PNAS, 2004, p. 41)

4 CRAS PARQUE SÃO JOÃO E A REALIZAÇÃO DE GRUPOS COMO PROPOSTA DE DIÁLOGO E QUESTIONAMENTO SOCIETÁRIO

O CRAS Parque São João está localizado no bairro que recebe seu mesmo nome, é um equipamento da Política de Assistência Social de Maracanaú e atende os seguintes territórios: Parque São João, Siqueira, Parque Jarí e Jardim Jatobá. Sua programação contempla atendimentos técnicos e coletivos, bem como execução de atividades administrativas que pautem a inclusão nos serviços e programas sociais do Governo Federal, assim como a execução de momentos formativos promovidos por grupos (foco de nossa análise).

A equipe que compõe a referida unidade de atendimento é formada por profissionais de áreas e níveis de formação diferenciados partindo do ensino fundamental ao superior com pós-graduações. Cotidianamente o CRAS recebe as famílias referenciadas ou não, podendo ser atendidas como demanda espontânea, atendimento no Cadastro Único, atendimento técnico particularizado, retirada de informações ou participação no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, bem como para participação nos grupos do PAIF.

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias – PAIF é o serviço de maior relevância para o equipamento, pois é por meio desse serviço que é possível realizar, através da equipe técnica, o acompanhamento familiar e devidos encaminhamentos de acordo com a realidade social de cada família.

A equipe PAIF, ao protagonizar o acompanhamento familiar também é responsável pela elaboração de grupos temáticos que são vistos como extensão desse mesmo acompanhamento. Dessa forma, o CRAS Parque São João é conhecido como referência no planejamento e execução de grupos e isso mostra o potencial formativo que a unidade apresenta nesse território de abrangência, nos revelando ainda a manifestação de práticas educativas com determinado recorte de classe, em sua grande maioria classe trabalhadora em situação de opressão e vulnerabilidade social, atendidas pelo equipamento. Para Gonh *“o princípio básico adotado da educação popular foi o do desenvolvimento de uma ação pedagógica conscientizadora, que deveria atuar sobre*



o nível cultural das camadas populares, em termos explícitos dos interesses delas”.
(2012, p. 54)

O CRAS, portanto, supera o institucional e consegue desenvolver uma abordagem coletiva que dialoguem com a educação popular, isso é feito por meio dos grupos ao longo do ano e regidos por temáticas que são ancoradas de acordo com as demandas emanadas pelos próprios usuários da política. Assim, temas como superação da violência, combate ao machismo, combate ao racismo, suicídio, direitos das mulheres, diversidade sexual, infância e adolescência dentre outros são recorrentes, é nítido que as pessoas presentes contribuem e dialogam de modo a tornar o espaço um momento de resistência e troca de saberes, quase sempre não científicos, que manifesta a aproximação e necessidade de manutenção de debates como esses.

O saber popular politizado, condensado em práticas políticas participativas, torna-se uma ameaça às classes dominantes à medida que ele reivindica espaços nos aparelhos estatais, através de conselhos etc. com caráter deliberativo. Isto porque o saber popular estaria invadindo o campo de construção da teia de dominação das relações sociais e da vida social. (GONH, 2012, p. 57)

A prática institucional do CRAS se entrelaça e nos permite visualizar uma reflexão amadurecida sobre realidade conjuntural e perspectiva de mudanças conforme a manifestação de uma sensibilização crítica que favoreça o fortalecimento comunitário. Freire (2015, p. 75) atribuiu a esse processo a necessidade de se reconhecer enquanto oprimidos.

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua “convivência” com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis.

A Política de Assistência Social se manifesta com essa característica específica, atuar diante das vulnerabilidades e a existência desses espaços de troca de conhecimentos tende a fortalecer o trabalho social com famílias. Reconhecer as práticas



educativas nesse espaço institucional é importante e nos revela sua importância no cotidiano comunitário em meio a realidades sociais tão antagônicas.

CONCLUSÕES

O CRAS se apresenta não apenas como um espaço de atendimento social e encaminhamentos com o fim de concessão de benefícios e serviços, mais sim um espaço onde o trabalho social com famílias desenvolvido por meio da gestão do território, articulação comunitária, atendimento individual e coletivo podem promover práticas educativas de caráter não formal na tentativa de possibilitar uma articulação comunitária mais próxima à realidade social dos sujeitos envolvidos nesse processo.

Assim, o CRAS se apresenta como um espaço potencializador do que se concebe por educação não formal e o debate direto com as realidades sociais da comunidade, compreendendo que cada território vai expressar sua dinamicidade e particularidades.

A existência de grupos que abordem temáticas sociais reforça esse papel do equipamento e nos possibilita identificar um instrumento institucionalizado pelo Estado que apresenta um viés dialético em sua condução e materialização profissional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/Suas**. Brasília: ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

CARVALHO, Graziela Figueiredo de. **A assistência social no Brasil: da caridade ao direito**, 2008. Monografia (Bacharelado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 59ª edição, São Paulo, Paz e Terra: 2015.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. 8ª edição, São Paulo, Cortez: 2012.

GUEIROS, Dalva Azevedo. Família e trabalho social: intervenções no âmbito do Serviço Social. **Revista Katálysis**. Florianópolis, v. 13, n. 1, 2010.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. 3ª edição, São Paulo, Global, 1988.

PASTORINI, Alejandra. **A questão social em debate**. 2. ed. São Paulo, Cortez: 2010.